

Os tigres, o dragão e nós



Por **ARACY P. S. BALBANI***

O crescimento das tensões militares e da associação do nazifascismo com o crime organizado ao redor do mundo torna crucial o Brasil consolidar a democracia e a defesa da soberania nacional

Pouco tempo depois do desgaste da imagem das Forças Armadas provocado pelo vídeo institucional sobre supostos privilégios dos civis em relação aos servidores públicos da Marinha, uma nova polêmica surgiu.

A linguagem da mensagem de final de ano do Comandante da Marinha, Almirante Marcos Sampaio Olsen, divulgada em vídeo há poucos dias, abre espaço vasto para observações.

Várias expressões destacam-se na fala do Ministro da Marinha. Pinçamos: “com os propósitos de enaltecer os feitos perpetrados”; “No decurso, alicerçada nos princípios”; “indelegáveis preceitos constitucionais”; “sobrepunhou”; “mitigando prejuízos”; “a alocação de investimentos que robusteçam”; “concretizando realizações de inestimável envergadura”; “operações no entorno estratégico brasileiro”; “a incorporação dos meios navais no estado da arte”; “águas jurisdicionais brasileiras”; “combate a ilícitos transnacionais”; “sob a égide do apoio às ações do Estado, destacou-se pela atuação diligente, com especial relevo à população assolada por intempéries climáticas severas”; “a Marinha logrou reconhecimento internacional”; “O Poder Naval consolida-se como instrumento irrefutável de projeção de poder e salvaguarda dos interesses do Estado”; “O ano de 2024 reiterou, de maneira categórica, a impreterível necessidade de uma Marinha crível, dotada de tecnologias autóctones”.

Entre os dois momentos da fala do Ministro, a narradora do vídeo cita “O lançamento de armas valida a letalidade e a eficácia dos sistemas em cenários críveis” e “foco na interoperabilidade”.

A mensagem pode ter sido dirigida ao oficialato ou ao corpo técnico da Marinha do Brasil. Mas, como o conjunto da população civil financia as Forças Armadas para a Defesa Nacional, ou seja, para a defesa de todas as famílias brasileiras, nada mais justo do que adequar a forma e o conteúdo do vídeo a uma prestação de contas capaz de ser entendida pela maioria do povo.

A realidade da sociedade brasileira ainda é muito diferente da dos países Tigres Asiáticos. Singapura, por exemplo, adotou a democracia parlamentar após a independência, em 1965. Desde então, priorizou a educação formal da população e prosperou na economia e no desenvolvimento social.

Idem na Coreia do Sul, que firmou educação de qualidade, desenvolvimento tecnológico e fomento industrial como pilares do governo. Lá, houve mobilização popular contra a tentativa recente de golpe de Estado.

Cabe lembrar que a imigração coreana para o Brasil completou 61 anos em 2024. Mais de 100 empresas daquele país fazem negócios aqui, e pelo menos três grandes indústrias coreanas, dos setores automotivo e tecnológico, têm fábricas

instaladas no nosso país.

A China, que celebrou a tradição do Ano do Dragão em 2024, dispensa apresentações e comparações conosco, seja no impacto da educação pública para reduzir o analfabetismo e acelerar o desenvolvimento, na importância no cenário econômico global atual ou no poderio militar.

Em contrapartida, o Censo Escolar brasileiro, divulgado no início deste ano, mostrou que o ensino médio teve os maiores índices de evasão e repetência escolar do País: 5,9% e 3,9% respectivamente. Isso motivou o Governo Federal a implementar o Programa Pé-de-Meia, tentando atrair os jovens para a escola e reverter a situação.

Há exatamente um mês, a imprensa nacional divulgou perfis públicos de adolescentes que ganham a vida como influenciadores digitais. Eles ofereciam cursos nas redes, com a promessa de prosperidade sem necessidade de estudo. Um deles afirmava: “Qual faculdade você pensa em fazer no futuro? Faculdade? Eu já ganho mais que cinco médicos no mês”.

Que contraste com o privilégio dos alunos do Colégio Naval do Rio de Janeiro, mencionado no vídeo institucional como um dos melhores do ensino brasileiro.

De outro lado, o Projeto de Lei nº 6256, de 2019, da Deputada Federal Érika Kokay (PT-DF), que “institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos”, está, nesse momento, aguardando emendas no Senado Federal.

Se a proposta for aprovada no Congresso Nacional, “a linguagem simples, clara e de fácil entendimento, deverá ser utilizada por órgãos e entidades governamentais para evitar “uma comunicação cheia de formalidades e de difícil compreensão”.

Segundo a Agência Senado, “o projeto elenca algumas técnicas de linguagem simples, como o uso da ordem direta nas orações, o emprego de frases curtas, a exposição de uma única ideia por parágrafo, o uso de palavras comuns e de fácil compreensão e a organização do texto de forma esquemática”.

Essa iniciativa vem de encontro à tendência mundial de facilitar a comunicação. Basta de burocratês. Sobretudo num país como o Brasil, com grau de letramento abaixo do desejável e índice alto de analfabetismo funcional.

Tendo tudo isso em mente, será que nossos cidadãos que abandonaram os estudos na adolescência para ajudarem a sustentar a família decifraram o significado de palavras como “perpetrados”, “indelegáveis”, “égide”, “crível”, “irrefutável”, “impreterível” e “autóctones”, entre outras, presentes na fala ministerial?

Como foi o entendimento dessa mensagem da Marinha pelos influenciadores digitais juvenis que preferem a internet à escola, seja esta pública ou privada? O vocabulário usual deles não ultrapassa “msg”, “obg”, “ctz”, “fechou”, “tks” ou “fds”. Os “manos” e “manas” excluídos da sociedade, que acabaram cooptados pelo tráfico de entorpecentes, compreenderam o vídeo? “Belê” pra eles?

Que interpretação do vídeo institucional se pode esperar dos letrados com diploma universitário que adquirem armas de fogo? Ou os que insistem em queimar o próprio dinheiro soltando fogos de artifício com estampido, mesmo nos municípios que divulgam exaustivamente que o uso desses artefatos é proibido por lei? Diploma de curso superior não é garantia de inteligência. Nem de discernimento. Menos ainda de ética. Essa gente não entende o que lê ou despreza a democracia, a Constituição e as leis ordinárias?

Não apenas essas pessoas, independentemente de serem civis ou militares, da ativa ou inativas, do seu grau de inteligência ou escolaridade, da sua ideologia, de sua ética, ficaram encafifadas ao tomarem conhecimento da mensagem do Almirante Olsen e do restante do vídeo.

a terra é redonda

Qual o sentido prático de “necessidade de uma Marinha crível”, “incorporação dos meios navais no estado da arte” e “O lançamento de armas valida a letalidade e a eficácia dos sistemas em cenários críveis”? É preciso esclarecer em linguagem simples e direta.

Ao ouvir a frase da narradora do vídeo da Marinha sobre “validar a letalidade”, lembrei-me do rebuliço que um professor de Medicina causou na turma ao dizer, numa aula, que o doente, “apesar do tratamento, evoluiu para êxito letal”. Falar de sucesso da morte costuma incomodar. Mesmo quem é “do ramo”. Ainda que se apele às metáforas.

Se sobraram formalidade, jargão técnico e rodeios, pelo menos não houve mesóclises no vídeo mais recente da Marinha. Já é um auspício. Melhor dizendo, é um bom sinal. Há um fio tênue de esperança.

O crescimento das tensões militares e da associação do nazifascismo com o crime organizado ao redor do mundo, até com o financiamento de tentativas de golpes de Estado, torna crucial o Brasil consolidar a democracia e a defesa da soberania nacional.

Promover uma reforma militar e desenvolver ciência e tecnologia nacionais nos setores de defesa, inteligência sanitária, telecomunicações e tecnologia nuclear, incluindo o Reator multipropósito brasileiro, são ações inadiáveis.

A participação da Marinha é fundamental não só nesses processos, mas também para expandir a excelência da educação e saúde públicas a toda a população brasileira; trabalhar no resgate e salvamento de seres vivos nas enchentes e nos acidentes com embarcações, e conscientizar os brasileiros para o cuidado com o mar, nossos rios e lagos.

O trabalho da nossa Marinha em defesa da paz de todas as famílias brasileiras merece uma comunicação clara e mais simples. E com quanto mais empatia pelo povo, melhor.

***Aracy P. S. Balbani** é médica.

Referência

Agência Senado. Proposta de linguagem simples em comunicações oficiais avança no Senado. Disponível [aqui](#).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)